

LAMA ASFÁLTICA

Puccinelli se livra de tornozeleira e vai pagar fiança de R\$ 1 milhão

Decisão é do Tribunal Regional Federal em São Paulo, que também decidiu pela soltura de Mirched Jafar

TAINÁ JARA

O desembargador Paulo Fontes, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), deferiu na tarde de ontem dois pedidos de liminar que livram o ex-governador André Puccinelli e o empresário Mirched Jafar Junior das punições temporárias determinadas pela Justiça após a quarta fase da Operação Lama Asfáltica, da Polícia Federal.

As medidas ocorreram na semana passada, em virtude de suposto envolvimento em esquema de corrupção passiva e lavagem de dinheiro investigado pela operação. Jafar teve prisão preventiva decretada, enquanto Puccinelli teria de pagar fiança no valor de R\$ 1 milhão e utilizar tornozeleira eletrônica.

Fontes, por considerar que o ex-governador não deixa de ser objeto da investigação, manteve a fiança, porém permitiu que o valor fosse debitado dos bens bloqueados anteriormente pela Justiça em outras fases da Lama Asfáltica. Tal medida livra o ex-governador da cadeia, já que se não pagasse R\$ 1 milhão teria prisão preventiva decretada.

Quanto ao uso da tornozeleira, o desembargador considerou “excessiva a imposição”, pois ainda não foi oferecida denúncia contra o acusado, além de ele não ter sinalizado fuga ou resistência

160 mi

DE REAIS

De acordo com a Polícia Federal, até o momento, foram identificados enriquecimentos ilícitos incompatíveis com a renda de pelo menos 15 pessoas físicas. O patrimônio dos investigados cresceu R\$ 160 milhões, de acordo com a Receita Federal.

ao cumprimento das determinações. “Agradecido a Deus, à família e aos verdadeiros amigos”, afirmou Puccinelli sobre a decisão.

Jafar teve habeas corpus concedido sob alegação de que não foram apresentados fatos novos que indiquem o risco à ordem pública. “Com efeito, os telefonemas citados na decisão que decretou a preventiva são do fim de 2014 e eram já do conhecimento das autoridades encarregadas das investigações, não tendo ensejado pedidos anteriores, razão pela qual lhes falta a contemporaneidade própria à natureza cautelar da prisão processual”.

Anteontem, o ex-secretário-adjunto de Fazenda André Cance, também investigado na operação, saiu do Centro de Triagem, no Bairro Noroeste, em Campo Grande. A



FÔLEGO. Ex-governador André Puccinelli agradeceu a Deus e “aos amigos verdadeiros” ao saber de decisão que também o livrou de ser preso

liberação ocorreu depois da decisão do mesmo desembargador do TRF3.

Tanto as prisões preventivas quanto as medidas cautelares aplicadas ao ex-governador foram substituídas pelo comparecimento mensal em juízo para justificar as atividades; proibição de deixar a cidade onde residem por mais de 15 dias sem autorização do juízo e proibição de deixar o País, com entrega do passaporte

ao juízo no prazo máximo de cinco dias.

PRESO

Ainda permanece na prisão o ex-servidor da Secretaria de Estado de Educação (SED) Jodascil Lopes. De acordo com a advogada Andréia Flores, o acusado passou por audiência de custódia na tarde de anteontem e o juiz ainda analisa o pedido de liberdade, feito na 3ª Va-

ra Federal de Campo Grande. “Se houver deferimento, amanhã entraremos com pedido de habeas corpus no TRF3”, explicou.

OPERAÇÃO

A quarta fase da Operação Lama Asfáltica, denominada Máquinas de Lama, deflagrada na semana passada pela Polícia Federal (PF), Controladoria-Geral da União (CGU) e Receita Federal, identificou

esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propina que já soma R\$ 150 milhões em Mato Grosso do Sul. Este é o total desviado que foi identificado desde o início da operação, em 2015.

Na ocasião, a Justiça Federal determinou o bloqueio de 44 contas bancárias e imóveis de pessoas físicas e empresas envolvidas.

CONSUMIDOR

Operação já encontrou irregularidades em 13 postos de combustíveis na Capital

DA REDAÇÃO

Pelo menos 38 de 150 postos de combustíveis de Campo Grande serão inspecionados até amanhã pela Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Contra as Relações de Consumo (Decon). O objetivo é verificar irregularidades quanto aos direitos do consumidor e em cada vistoria – que começou anteontem – há a presença de técnicos da Superintendência para Orientação e Defesa do Consumidor (Procon/MS), ligada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast).

Em dois dias de trabalho, segundo a assessoria do governo do Estado, 22 estabelecimentos foram inspecionados e houve registro de 13 autos de infrações pelos fiscais de relação de consumo.

Entre as irregularidades encontradas pelos fiscais do Procon estão: placa informativa com diferenciação de preço em desconformidade com a lei, produtos com prazo de validade expirado, não cumprimento da oferta e publicidade, ausência de informativo sobre o tipo de produto em exposição conforme a lei estadual e falta de visibilidade da placa informativa sobre diferenciação de preço.

Segundo o delegado titular da Decon, Elton Galindo, desde 2015 estão sendo realizadas fiscalizações nos



ATÉ SEXTA. Verificações começaram há três dias e seguem até sexta-feira em 38 postos de gasolina

postos de combustíveis em vários municípios do Estado. “Como no Estado não temos estrutura da ANP [Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível], para não ficarmos à mercê de fiscalizações temporárias, decidimos fazer essas ações conjuntas, com a participação de vários órgãos”, afirmou. A ANP também participa das fiscalizações.

Elton Galindo explicou que neste trabalho, que é a sexta fiscalização desde 2015, também participam a Secretaria

Estadual de Fazenda (Sefaz), que verifica a situação tributária, e a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (Deops), que analisa itens como a existência dos alvarás e o prazo validade. Também estão sendo analisados os equipamentos, se estão dentro da conformidade e a qualidade dos combustíveis.

Segundo o delegado, desde que esse trabalho teve início, em nenhum município foi constatado combustíveis fora dos padrões determinados

pela ANP e também não houve casos de fraudes nos equipamentos. Elton Galindo disse que a única irregularidade grave encontrada ocorreu no ano passado, em Dourados. Um Posto de Abastecimento (PA) foi fechado por estar atuando irregularmente. No caso, a empresa estava vendendo combustível do PA no varejo, a preços mais baixos. E, evidentemente, sem recolher o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

HÉRCULES MAYMONE

Polícia e Secretaria de Educação investigam castigo a 33 alunos

BÁRBARA CAVALCANTI

A Secretaria Estadual de Educação (SED) e a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) vão investigar caso de suposto castigo na Escola Estadual Hércules Maymone. De acordo com o delegado Paulo Sérgio Lauro, houve denúncia na semana passada de que 33 alunos tiveram de cumprir castigo de quase 4h, trancados na biblioteca da unidade, sem poder sair para ir ao banheiro, beber água ou comer. O motivo teria sido porque eles chegaram dez minutos atrasados.

Conforme o delegado, o caso ainda está no início das investigações. “Ainda iremos conversar com os demais envolvidos, com a direção da escola e

com a Secretaria”, informou.

Por meio de nota, a SED informou que será instaurada sindicância para apurar os fatos e tomar as medidas necessárias. “A SED informa que a Coordenadoria de Gestão Escolar (Coges) está acompanhando a denúncia e encaminhou para a escola técnicos da Secretaria para os devidos levantamentos e esclarecimentos. Na ocasião, foram ouvidos o diretor, a diretora-adjunta e alguns estudantes acompanhados dos pais”, informa a nota.

Ainda conforme posicionamento da SED, a secretaria “não estimula nem indica qualquer tipo de ‘castigo’, e as medidas tomadas nas escolas devem seguir o Regimento Interno de cada escola”.

PARANAGUÁ

MS e PR vão somar esforços para concretizar ferrovia

O governo de Mato Grosso do Sul está novamente unindo esforços para “ressuscitar” a rota que fará ligação entre o Porto de Paranaguá (PR) e o município de Dourados (MS) por meio da Estrada de Ferro Paraná Oeste (Ferroeste). Ontem, o governador Reinaldo Azambuja e o titular da Seinfra, Marcelo Miglioli, se reuniram com o secretário de Obras e Logística do Paraná, José Richa Filho, e o presidente da Ferroeste, João

Vicente Bresolin, para tratar do assunto. “A proposta do Paraná é que façamos um PMI [Procedimento de Manifestação de Interesse] para que a gente viabilize a rota completa da ferrovia entre Dourados, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá”, explicou o governador. A Ferroeste é de economia mista e tem o governo do Paraná como seu maior acionista. Na prática, a ferrovia atende Cascavel e Guarapuava, e a PMI serviria para ampliar a malha, indo do Porto de Paranaguá a Dourados.